

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 2. MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E O LEGADO PATRIMONIAL NO BRASIL

IPHAN, ARQUEÓLOGOS E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO BRASILEIRO: UM BREVE PANORAMA

ARTIGO

Alejandra Saladino*

RESUMO

A instituição do *patrimônio cultural* no Brasil, compreendida enquanto um conjunto de normas, práticas e organizações formais de preservação e proteção, constitui-se a partir de conexões estabelecidas entre distintos atores e organizações formais. Contingências, divergências, disputas, negociações, dissenso e consenso dão o tom dessas relações. Uma organização formal conforma-se em uma rede de relações onde distintos atores – intra e extra-organizacionais – interagem, estabelecendo seus lugares e consolidando representações e valores através de práticas específicas. O objetivo deste artigo é apresentar em linhas gerais o estudo sobre alguns fragmentos da instituição do patrimônio cultural no Brasil relativos especificamente ao lugar do patrimônio arqueológico na trajetória e nas práticas do Iphan – empreitada que resultou na minha tese de doutorado em Ciências Sociais – a partir de um panorama sobre a relação entre a organização formal e os arqueólogos do país.

Palavras-chave: IPHAN, Arqueólogos, Patrimônio arqueológico.

ABSTRACT

The institution of cultural heritage in Brazil, understood as a set of rules, practices and formal organizations to preserve and protect, was built up from connections between different actors and formal organizations. Contingencies, disagreements, disputes, negotiations and consensus set the tone of relations. A formal organization conforms to a network of relationships where different actors - intra and extra-organizational - interact, establishing and consolidating their place representations and values through specific practices. The purpose of this article is to outline the study of some fragments of the institution of cultural heritage in Brazil, specifically relating to the place of archaeological heritage in the trajectory and practices of IPHAN – from an overview of the relationship between formal organization and archaeologists in the country – a task which results from my doctoral thesis in Social Sciences.

Key words: IPHAN, Archaeologists, Archaeological heritage

* Professora Adujnta do Departamento de Estudos e Processos Museológicos da UNIRIO, Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, museóloga do Museu da República (MR/Ibram/MinC).

E-mail: alejandra.saladino@museus.gov.br

APRESENTAÇÃO

Em minha tese de doutorado – defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro com o título “Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN e com a orientação de Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e Maria Conceição Lopes (Universidade de Coimbra)¹ – busquei compreender o lugar do patrimônio arqueológico nas políticas públicas de cultura do país. O tema fora abordado por diversos pesquisadores e agentes do patrimônio, muitos dos quais participaram ativamente dos processos relatados e analisados (apenas para citar alguns, LIMA, 1988; BARRETO, 2000; LIMA, 2001; FUNARI, 2001; GASPAR, 2003; BEZERRA e LIMA FILHO, 2006; MENESES, 2007; SILVA, 2007; SCHAAN e BEZERRA, 2009). Todavia, àquela altura propus uma reflexão sobre a questão que tivesse como ponto central a história e o desenho institucional do IPHAN, organização formal de proteção do patrimônio cultural em nível federal, ainda que considerasse as impressões e narrativas dos atores sociais envolvidos². O referencial teórico selecionado foi o Institucionalismo Histórico, graças ao qual pude entender o processo de construção e consolidação do campo do patrimônio arqueológico através de práticas e de instrumentos institucionais, estes compreendidos como sistemas de transmissão de valores. A partir desses sistemas pude interpretar a relação entre instituição e comportamento e, finalmente, analisar a dinâmica institucional em relação à preservação do patrimônio arqueológico. Escolhi esta perspectiva devido ao seu potencial para a compreensão do papel que desempenham as instituições na determinação dos resultados sociais e políticos (HALL e TAYLOR, 2003), e também por tal ponto de vista focar nas relações de poder. Em outras palavras, a partir do institucionalismo histórico pude desenvolver as seguintes questões: como se comportam os atores?; o que fazem as instituições?; por que as instituições se mantêm? (HALL e TAYLOR, 2003). A corrente do institucionalismo histórico – fundamentada na ideia de que as instituições diretamente conformam a ação por alterar não intencionalmente os custos e os benefícios de uma escolha consciente ao longo do tempo (PARSONS, 2007:76) - me permitiu entender as relações entre os agentes envolvidos com a preservação do patrimônio arqueológico, assim como as práticas e os instrumentos de proteção aplicados pela agência federal e as estratégias utilizadas para a permanência das formas originais da organização em questão.

O objetivo deste artigo é apresentar em linhas gerais o estudo sobre alguns fragmentos da instituição do patrimônio cultural no Brasil relativos especificamente ao lugar do

¹ Graças a uma bolsa-sanduíche da CAPES pude ampliar a abordagem de meu estudo observando as políticas de preservação do patrimônio arqueológico e dinâmica institucional dos órgãos de Portugal. O estágio foi realizado no âmbito do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), vinculado à Faculdade de Letras e Artes da Universidade de Coimbra.

² Para o desenvolvimento do estudo aqui apresentado de forma sintética e recortada foram entrevistados dezoito agentes vinculados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), à Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), ao Museu Nacional (MN/UFRJ), ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) e à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

patrimônio arqueológico na trajetória e nas práticas do IPHAN, destacando a relação entre organização formal e arqueólogos. Considerando a vasta bibliografia existente sobre o tema que, vale dizer, subsidiou com dados e impressões o estudo que resultou em minha tese (além dos já citados, NAJJAR, 2002; MONTICELLI, 2005; CALIL, 2006; SILVA, 2007, LIMA, 2007; FUNARI e CARVALHO, 2011) compreendi ser pertinente restringir este texto à apresentação de elementos que podem contribuir para a diversidade de perspectivas sobre o tema, designadamente a análise de alguns eventos à luz do Institucionalismo Histórico. Destarte, a reflexão se desenvolve a partir de uma estrutura simples: um breve panorama sobre a perspectiva teórica sob a qual se fundamenta – o Institucionalismo Histórico – e um breve panorama sobre o lugar do patrimônio arqueológico na trajetória do IPHAN, evidenciando a relação dessa organização formal com os arqueólogos do país.

O INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO E O CONCEITO DE *PATH DEPENDENCE*

O Institucionalismo Histórico, uma das escolas do neo-institucionalismo, foi desenvolvido como resposta às críticas behavioristas sobre a perspectiva institucionalista. (HALL e TAYLOR, 2003; PETERS, 2005; PARSONS, 2007; NASCIMENTO, 2009). Este modelo teórico foi desenvolvido para entender e explicar, entre outras coisas, a distribuição desigual de poder e de recursos, assim como o papel das instituições na estruturação das interações sociais com o fim de de criar situações econômicas e políticas (HALL e TAYLOR, 2003). Sendo assim, a partir desta perspectiva é possível ampliar a compreensão de uma realidade concreta através de estudos comparativos das políticas públicas e das trajetórias das instituições similares. Vale dizer que lancei mão desta estratégia durante a realização de um estágio no Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, onde pude elaborar um panorama sobre o perfil institucional das organizações formais de patrimônio cultural de Portugal e sobre suas políticas e práticas específicas para o patrimônio arqueológico.

O Institucionalismo Histórico – elaborado na década de 1970 como alternativa ao funcionalismo estrutural (HALL e TAYLOR, 2003; PARSONS, 2007) – é caracterizado pela ênfase na desigualdade e na assimetria de forças entre grupos intra-institucionais e na análise da evolução institucional com o foco sobre a trajetória, as situações críticas e as consequências imprevistas resultantes das escolhas contingências.

De acordo com Hall e Taylor, no Institucionalismo Histórico a relação entre as instituições e os comportamentos individuais é analisada em termos muito gerais, já que o foco recai sobre as assimetrias de poder associadas ao funcionamento e desenvolvimento das instituições (HALL e TAYLOR, 2003: 196). O modelo teórico também privilegia as trajetórias, as situações críticas e consequências imprevistas, ou seja, relaciona explicações a respeito da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação sobre a contribuição de outros fatores, tais como ideias (HALL e TAYLOR, 2003: 196). Os estudos que partem dessa perspectiva ainda procuram combinar explicações sobre o papel das instituições sobre a situação política com uma análise específica sobre a influência das ideias e valores.

A noção fundamental para a análise baseada nessa escola é conhecida como path dependence ou “dependência da trajetória” (THELEN, 1999; HALL e TAYLOR, 2003; PARSONS, 2007). De modo geral, o conceito se refere às consequências das escolhas e das decisões tomadas durante o processo de criação da instituição. Essas opções, por sua vez, seriam tomadas como parâmetros para as práticas subsequentes, constituindo assim padrões de ação institucional. Ainda que, a partir desta perspectiva, a dependência da trajetória possa gerar certa inércia institucional, de modo algum significa estagnação, cristalização de posições e padrões institucionais. Com o gasto de esforços e recursos, os agentes poderiam alterar a rota inicialmente traçada com base nas suas ideias e preferências.

O Institucionalismo Histórico apresenta duas variáveis: uma centrada no institucionalismo da escolha racional e outra voltada ao institucionalismo sociológico (PARSONS, 2007). Nos estudos fundamentados pelo institucionalismo da escolha racional, é considerado que os indivíduos comportam-se de maneira utilitária. Em outras palavras, realizam cálculos sobre as alternativas de ação e os benefícios relacionados a cada opção. As mudanças institucionais resultam então desses cálculos estratégicos os quais os indivíduos se vêem obrigados a fazer quando interferências exógenas põem em perigo o equilíbrio da instituição, ou seja, quando todos os benefícios são ameaçados. Nesta perspectiva, a dependência da trajetória é verificada na tendência pela escolha em guardar proximidade com os caminhos pretéritos, uma vez que mudanças implicam em altos custos - por exemplo, mudanças nas preferências e disputas políticas - e, por conseguinte, riscos de perda de benefícios dos indivíduos.

Já no Institucionalismo Histórico alinhado à variante sociológica, o comportamento e as ações dos indivíduos não são percebidos como um cálculo estratégico. Ao contrário, estas ações estão relacionadas com a visão de mundo dos atores, que buscam manter o padrão de comportamento. Em outras palavras, a partir desta perspectiva são consideradas as ideias e os valores dos indivíduos. Esse padrão de comportamento tem um efeito direto sobre as identidades e mesmo as preferências dos indivíduos. Por todas essas razões, os estudos fundamentados nessa gramática tratam de identificar o papel das ideias na posição institucional e na formulação de políticas.

Instituição, a partir da perspectiva do Institucionalismo Histórico, compreende os *procedimentos, protocolos, normas e convenções relacionados à estrutura organizacional da organização* (HALL e TAYLOR, 2003:196). Sendo assim, é possível compreender que uma instituição fornece modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação por parte dos agentes, os quais têm sua identidade afetada, assim como *a imagem de si mesmo e as preferências que guiam a ação* (HALL e TAYLOR, 2003:198). Craig Parsons observa que, a partir da perspectiva do Institucionalismo Histórico, *as instituições são parcialmente autônomas do cenário estrutural e restringem ou autorizam certos tipos de ações* (PARSONS, 2007:86). Portanto, a partir do institucionalismo histórico pode considerar a instituição do patrimônio cultural como um *padrão de comportamento duradouro entre um grupo de pessoas* (PARSONS, 2007: 66). Em outras palavras, as instituições conformam as interações entre os indivíduos a partir da repetição das convenções e normas. No objeto estudado ao longo de minha tese – e aqui brevemente apresentado – o padrão tomou a forma de uma organização formal – o

IPHAN – mas está explícito no comportamento e nas regras - as leis, regulamentos e convenções.

Já o Estado, a partir desta visão, não é um agente neutro arbitrando sobre interesses concorrentes, mas um complexo de instituições capaz de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre os grupos (HALL e TAYLOR, 2003:195). Sendo assim, a partir deste enfoque, foi possível contextualizar o IPHAN em uma cadeia causal que dá lugar a outros fatores, em particular, a evolução socioeconômica e a difusão de ideias (HALL e TAYLOR, 2003:201). Em outras palavras, pude então analisar a relação entre IPHAN e as ideias e crenças sobre a preservação do patrimônio cultural, particularmente, sobre o patrimônio arqueológico.

Em resumo, os estudos que partem da perspectiva do Institucionalismo Histórico fundamentam-se na premissa de que as instituições são a estruturação da sociedade, têm uma certa estabilidade e afetam o comportamento dos indivíduos que, por sua vez, compartilham valores comuns.

IPHAN E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a organização formal de nível federal responsável pela tutela do patrimônio cultural. Em outras palavras, o Instituto cria e coordena as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Uma das primeiras escolhas institucionais, que se refere ao seu desenho institucional, diz respeito à capilaridade da organização na forma de representações regionais em todo o território nacional e de setores específicos para a proteção do patrimônio material móvel, imóvel e para os museus. Durante o estudo que resultou em minha tese, observei a ênfase na aplicação de instrumentos e práticas de proteção sobre o patrimônio imóvel e a tardia criação de um setor específico para o patrimônio arqueológico em 1979, quando da contratação do primeiro arqueólogo a compor os quadros funcionais do órgão³. Por sua vez, este último aspecto relaciona-se a outra das primeiras escolhas institucionais, a saber: a cooperação técnica celebrada com instituições científicas para desenvolver as ações sobre o patrimônio arqueológico, nomeadamente, reconhecimento, registro e pesquisa.

O IPHAN, que sofreu algumas transformações em suas propostas e desenho institucional, resultantes de pressões endógenas e exógenas⁴, ganhou novos contornos em 2009, quando da extinção Departamento de Museus e Centros Culturais⁵ (DEMU/IPHAN) e da criação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA/IPHAN).

³ Lima (2001) lembra que o naturalista do Museu Nacional, Luiz de Castro Faria, durante a *fase heróica* (FONSECA, 2005) do IPHAN foi responsável pela distribuição de verbas do órgão federal para os arqueólogos atuantes no país realizarem inventários, registros e documentação dos sítios. A partir da década de 1960, tais atividades passaram a ser de responsabilidade de outro museólogo de formação, Theodoro Russins.

⁴ Para ampliar a leitura sobre Iphan e patrimônio arqueológico, ver: SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do Iphan*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPCIS/UERJ, 2010.

⁵ Vale dizer que a extinção deste departamento guarda relação direta com o processo de consolidação das políticas públicas para o setor museológico, que resultou na criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

É possível perceber a criação do CNA/IPHAN pelo Decreto nº 6.844/09 como uma reação institucional frente às demandas e pressões exógenas referentes a uma agenda política desenvolvimentista que, por sua vez, relaciona-se ao lugar que a arqueologia de contrato ocupa no cenário atual. Estruturado em três coordenações – Coordenação de Normas e Acautelamento, Coordenação de Pesquisa e Licenciamento e Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico – o CNA/ IPHAN parece ainda não ter se distanciado do padrão institucional de sombreamento do patrimônio arqueológico frente ao patrimônio edificado. Isto significa dizer que, apesar dos recentes esforços – que podem ser exemplificados pela recente realização de um concurso público para contratação temporária de cerca de 80 arqueólogos – permaneceu o padrão dos insuficientes recursos humanos e financeiros frente às demandas acachapantes do CNA/ IPHAN, se considerarmos o número de portarias que o setor deve gerenciar (BRUNO e ZANETTINI, 2007; WICHERS, 2010), além da elaboração e execução de inúmeras ações de proteção e socialização do patrimônio arqueológico.

Para realizar uma prospecção sobre o lugar do patrimônio arqueológico nas práticas e na trajetória do IPHAN fundamentada no institucionalismo histórico de vertente sociológica tive de tentar compreender o contexto de conformação e consolidação dessa organização no âmbito da instituição do *patrimônio cultural* no Brasil. Parti então de alguns princípios e busquei adotar perspectivas de análise adequadas para aferir alguns aspectos. As diretrizes que nortearam a análise dizem respeito ao reconhecimento de que a instituição do patrimônio é estruturada, mas igualmente estruturante da sociedade que, de certa forma, e considerando a atuação do próprio IPHAN, é estável e, por fim, que os atores institucionais partilham alguns valores comuns, reproduzidos no discurso e nas ações.

Assim, busco aqui compor uma trama com os principais pontos desta análise. O Brasil absorveu e transformou o discurso do *patrimônio cultural* forjado no Ocidente. Nos primeiros anos de atuação do então Serviço do Patrimônio (SPHAN)⁶ foram consolidados alguns valores e conceitos modernistas, voltados para a identificação e valorização da *brasilidade*. Outros valores do ideário modernista “hibernaram” durante algumas décadas porque não correspondiam às primeiras preferências e prioridades dos atores envolvidos com o desenvolvimento de ações e aplicação de instrumentos de preservação daquela organização do *patrimônio cultural*.⁷ No entanto, vale dizer, estes terminaram por fazer parte de reestruturações posteriores, como resultado da consolidação dos debates internacionais fundamentados sobre a categoria de *patrimônio cultural*, vinculada ao conceito antropológico de cultura, e sobre noções como *diversidade cultural* e *inclusão*. Vale lembrar que tal processo também sofre influência dos desdobramentos de movimentos sociais voltados ao reconhecimento das minorias e seu direito à memória e ao patrimônio, bem como a

⁶ O período em tela corresponde aos últimos anos da década de 1930 e aos primeiros da década de 1940.

⁷ Importa lembrar que o SPHAN encontra seu pilar no anteprojeto concebido por Mario de Andrade a pedido do então Ministro de Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Nesse documento foram elencadas diversas referências patrimoniais a reconhecer e preservar, incluindo as artes ameríndias e arqueológicas. Entretanto, as primeiras escolhas institucionais levaram à priorização das ações de proteção sobre algumas referências específicas, destacando-se entre essas o patrimônio *pedra e cal* (LIMA, 2001; FONSECA, 2005).

concepção do *patrimônio cultural* enquanto bem estratégico para o desenvolvimento de ações com vistas à mudança social e ao desenvolvimento.

A organização do *patrimônio cultural* foi criada no bojo de uma estratégia do Estado de construção de uma identidade nacional calcada no ufanismo nacionalista, o que também parece justificar a consolidação de valorações e naturalização de hierarquias entre os distintos tipos de patrimônio como, por exemplo, entre as referências patrimoniais das classes hegemônicas e as referências das classes populares. Dessa maneira, as preferências institucionais pelo patrimônio edificado e referentes a algumas matrizes culturais, as quais foram endogenamente produzidas, orientaram os procedimentos e a aplicação dos instrumentos de preservação para uma manifestação cultural legitimada pelo Instituto enquanto representação máxima da cultura “essencialmente” brasileira⁸. Ainda que a intenção tenha sido, desde o início, proteger o patrimônio cultural nacional, a percepção de nacionalidade estava àquela altura atrelada a uma perspectiva notadamente etnocêntrica e reducionista e, por isso, nos primeiros anos de atuação do órgão de preservação do patrimônio cultural foram aplicadas normas concebidas por uma elite cultural que ainda operava dentro de padrões essencialmente colonizadores e tendo como modelo a experiência europeia. Em outras palavras, a proposta de criação de uma identidade nacional pelo Estado Novo no Brasil, ainda que fundamentada nas idéias forjadas no seio do modernismo – nomeadamente na busca pelas raízes populares da nossa cultura, na crítica ao eruditismo e ao artificialismo de uma cultura europeizante (AQUINAGA apud LIMA 1988: 24) – seguiu a lógica da valorização do *universal* e do *nacional* frente ao *regional*, a base mítica da ditadura (AQUINAGA apud LIMA, 1988: 24).

No entanto, foi possível identificar mudanças nos valores e práticas decorrentes de novas condições estruturais. A organização do *patrimônio cultural* parece ter assumido de vez o multiculturalismo e retirado do estado de latência algumas idéias marioandradianas sobre bem cultural, que igualmente inspiraram a sua criação. Ademais, necessitou adaptar-se para atuar em um contexto onde os grupos sociais lutam pelo reconhecimento de suas memórias, de sua vontade de patrimônio, justificada e fortalecida no âmbito do campo econômico. Assim, distintos grupos do IPHAN ganharam robustez e ampliaram seu campo de atuação na própria organização, pois lograram alterar o conjunto de ações sobre o patrimônio e inserir-se nos debates para a consolidação de políticas públicas de cultura. Então foi possível observar uma mudança de forças intra-organizacional, com o aumento do número de atores, grupos e setores de interesse que passaram a disputar espaço, visibilidade e orçamento. Dessa forma, pareceu ser maior a probabilidade de mudança organizacional devido à competição entre tais grupos, revelando a assimetria de forças e o estabelecimento de hierarquias que conformaram a organização do *patrimônio cultural*. Dotações orçamentárias, representações

⁸ O levantamento do deplorável estado de conservação dos bens vulgarmente reconhecidos como arquitetura da *pedra e cal*, resultado das diversas viagens dos modernistas ao interior do país na década de 1920 (CALIL, 2006), foi levado em consideração nas primeiras práticas institucionais. Logo em 1938, o então SPHAN tombou em profusão (SALADINO, 2010) e, segundo a arqueóloga Tânia Andrade Lima (1988: 24), sem critérios definidos, *principalmente no caso do patrimônio arqueológico, objeto de estudos isolados de uma comunidade científica que mal havia iniciado*. Dessa forma, a observação dos aspectos supracitados levou-me a considerar certa assimetria entre as posições institucionais e as ações institucionais.

em Colegiado, priorizações e práticas podem ser indicativas dos grupos – seus interesses e suas idéias sobre *patrimônio cultural* e práticas preservacionistas – que se impõem sobre os outros, dando o tom da dinâmica institucional do órgão.

As idéias e os interesses consolidados no discurso e nas práticas preservacionistas do IPHAN parecem coadunar com representações específicas do *patrimônio cultural*, uma relacionada à construção da identidade nacional fundamentada na busca pela “raiz genuína” – que terminou por legitimar a tradição cultural luso-brasileira das elites em detrimento das demais – outra à noção de diversidade cultural e à valorização dos discursos e ações por reconhecimento das minorias. Dessa forma, do *patrimônio cultural* de tradição essencialmente luso-brasileira e da imagem do povo brasileiro, delineada a partir do mito das três raças, passamos para – parafraseando o músico Tom Zé – a *unimultiplicidade*. Nessa vertente, o que soa nos manter coesos é nosso retrato caleidoscópico.

No entanto, importa dizer, ainda que passados quase catorze anos da institucionalização do patrimônio intangível – com a homologação do Decreto nº 3.551/00 – as práticas do IPHAN parecem ainda manter a lógica da hierarquização das manifestações culturais, considerando a imensa dificuldade de consolidar na pauta de prioridades do órgão os inúmeros desafios relacionados à preservação e gestão do patrimônio arqueológico. Ou seja, os valores e as preferências dos indivíduos que conformaram a criação do Instituto soam perdurar, naturalizados, apesar das contingências demandarem grandes esforços do IPHAN no que tange às práticas de preservação do patrimônio arqueológico⁹. Isto, levando em consideração algumas variáveis – como a já supracitada dotação orçamentária – parece indicar que o patrimônio edificado de tradição cultural luso-brasileira ainda ocuparia grande espaço nas práticas preservacionistas. Essas idéias de algum modo foram reificadas pelo senso comum, uma vez que o *patrimônio cultural* é um lugar de construção de valores (ABREU e LIMA FILHO, 2007).

Por outro lado, percebi que o desenho institucional do IPHAN, recentemente reestruturado, busca adequar-se para que a organização efetivamente atinja as metas do Estado em relação à salvaguarda do *patrimônio cultural*. Enquanto organização normativa, o Instituto, com suas práticas e instrumentos, deve legitimar o Estado para que este possa realizar sua função mínima, qual seja: a manutenção do Estado nos caminhos retos da palavra da lei.

Compreendi que o Instituto, para consolidar-se na sociedade, precisa conquistar a aceitação da sociedade por meio da aplicação de práticas e instrumentos preservação. Outrossim, necessita empreender um grande esforço para confirmar, nas suas ações, os valores e as idéias que fundamentam hoje o discurso do *patrimônio cultural*. Um caminho já trilhado pelos agentes diretamente envolvidos com as problemáticas do patrimônio intangível e dos museus é o estabelecimento do debate acerca dos processos de construção de memórias coletivas, produzidas por meio de disputas e negociações pelo capital simbólico. São processos que não terminam, relacionados à produção e reprodução dos sistemas sócio-

⁹ Leia-se portarias de permissão e autorização de pesquisas arqueológicas no país, fiscalização, análises de termos de ajustamento de conduta e pedidos de tombamento e gestão de coleções arqueológicas, para citar apenas algumas das ações.

culturais. As discussões passam pela reflexão sobre de que forma são afetadas as memórias coletivas e os sistemas sócio-culturais pelo contexto, ou seja, como os conhecimentos, as maneiras de fazer e de ver o mundo, as comemorações etc, que se estabelecem em um determinado espaço social, vão reagir frente às mudanças da contemporaneidade. Ondas migratórias, campos de refugiados – que provocam a transnacionalização dos bens culturais e simbólicos –, degradação do ambiente, dos grandes centros urbanos, mercantilização da cultura, turismo cultural, globalização e homogeneização cultural pela cultura de massa e repatriação de patrimônio, são fenômenos com os quais atores da organização do *patrimônio cultural* forçosamente lidam em sua rotina atual. O quadro definitivamente complexificou-se. A sociedade é chamada a participar dos processos de preservação e valorização dos patrimônios. Por isso, o IPHAN tenta hoje abrir e ampliar debates, levar em conta – pelas práticas e instrumentos – os desejos das comunidades e atuar no limiar entre a cristalização e a evolução das manifestações culturais. Em outras palavras, os agentes do *patrimônio cultural* buscam considerar o caráter processual, vivo, das manifestações culturais e estabelecer parâmetros frente aos aspectos da atualidade, como o turismo cultural.

Observei que as recentes mudanças no desenho institucional do órgão parecem ser resultantes da necessidade de adequação ao panorama atual da instituição do *patrimônio cultural*. São igualmente desdobramentos de um debate sobre o próprio conceito de *patrimônio cultural*, que passa pela discussão sobre o caráter simbólico, subjetivo e estratégico dessa construção e sobre as próprias práticas de preservação.

A observação da trajetória do IPHAN permitiu-me perceber a necessidade de refletir sobre a missão dessa organização na atualidade. Para que preservar? Essa questão é fundamental para a normatização das práticas executadas pelos agentes do *patrimônio cultural* espalhados pelo território nacional. Compreendi que a regulamentação das práticas e da aplicação dos instrumentos de preservação poderia contribuir para o estabelecimento de uma relação em outro patamar entre IPHAN e sociedade. As discussões travadas durante o *I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural*, em dezembro de 2009 apontaram para tal necessidade.

Ao longo do estudo, algumas questões sobre o patrimônio arqueológico se confirmaram, como a tese da *estratigrafia do abandono* de Cristina Bruno (1999), considerando as escolhas primeiras do órgão, que desconsideraram algumas orientações do anteprojeto de Mário de Andrade sobre os vestígios arqueológicos, como a criação de um Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Além disso, vale lembrar a opção do órgão pelo investimento na cooperação técnica com o Museu Nacional para tratar dos assuntos do patrimônio arqueológico. Tal relação pautou as práticas de preservação do Instituto sobre essa categoria de bem durante sua *fase heróica* (FONSECA, 2005). Compreendo, à luz do Institucionalismo Histórico, que essas escolhas primeiras, que fundaram relações e padrões institucionais, guardam relação com a situação atual, qual seja: por um lado, o Instituto ainda não logrou constituir um setor de gestão do patrimônio arqueológico com a densidade, quadro funcional e dotação orçamentária necessários para o atendimento adequado das demandas crescentes e, por outro, a pertinência de recuperar o padrão institucional celebrar termo de cooperação

técnica com instituições que possam contribuir para com a elaboração de políticas de preservação do patrimônio arqueológico¹⁰.

É preciso ainda perceber que a *estratigrafia do abandono* também parece guardar relação direta com o lugar do patrimônio arqueológico na composição da identidade cultural brasileira, como anteriormente mencionado, fundamentada nos ideais modernistas. De maneira distinta de alguns países latino-americanos, a conformação da identidade cultural brasileira originalmente não contou com as representações culturais pré-coloniais. Embora a gênese do discurso do *patrimônio cultural* no país partisse tanto das noções de *monumentalidade* quanto do *cotidiano*, as práticas e os instrumentos preservacionistas aplicados pelos modernistas institucionalizados no então SPHAN parecem ter estabelecido uma hierarquia entre as manifestações culturais. Ainda que o Decreto-Lei n 25/37 previsse a possibilidade de reconhecimento do valor patrimonial das referências arqueológicas (sítios e coleções), a aplicação dos instrumentos de proteção sobre esses bens culturais foi tímida nas primeiras décadas e mesmo nos anos subseqüentes à homologação da Lei nº 3.924/61. A questão é que a valorização e preservação dos vestígios dos sistemas culturais pré-coloniais assentados no nosso território representavam ameaças a interesses políticos e econômicos de certos grupos como, por exemplo, aqueles que estavam envolvidos com a exploração dos sambaquis para a extração da cal¹¹.

Ademais, Tania Andrade Lima afirma que

o fato de as culturas indígenas terem sido desprezadas, marginalizadas e, em grande parte, exterminadas pela etnia branca que a partir do século XVI tornou-se a classe dominante, marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio arqueológico, caracterizada pelo interesse na preservação da memória dos vencedores, reservando-se aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento. Como agravante, além da questão dos neobrasileiros não se identificarem etnicamente com as culturas indígenas pré-históricas, os seus restos, sem qualquer traço de monumentalidade, raramente suscitam admiração, com algumas poucas exceções (LIMA, 1988:24).

Destarte e a partir da gramática do Institucionalismo Histórico é possível perceber que, em relação a algumas condições extra-institucionais – nomeadamente a estratificação da sociedade brasileira –, os elementos ideacionais não ligaram de forma clara aos padrões de ação, *estabelecendo assim uma série de eventualidades* (PARSONS, 2005:93) que o IPHAN teve de resolver.

Todavia, como anteriormente mencionado, ao longo da extensa trajetória do IPHAN, o discurso e as práticas do *patrimônio cultural* foram ampliados, complexificados, e diversas

¹⁰ O primeiro presidente do Instituto do Patrimônio, Rodrigo Melo Franco de Andrade, reconhece que o inventário e a proteção do material arqueológico do Brasil permaneceu a cargo do Museu Nacional, não tendo podido, por enquanto, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico assumir a responsabilidade de sucedê-lo nessa tarefa (ANDRADE, 2012:160). Essa afirmação não apenas confirma a cooperação técnica entre ambos os organismos federais no tocante à preservação do patrimônio arqueológico, como também o papel protagonista do Museu Nacional na pesquisa e na preservação de coleções e sítios arqueológicos antes mesmo da criação do IPHAN.

¹¹ Lima (s.d.) faz referência as algumas excursões empreendidas por Luiz de Castro Faria a Santa Catarina em 1964, quando registrou a exploração de sambaquis na região de Laguna, Santa Catarina.

manifestações culturais passaram por um processo de valorização. São todas elas traços da diversidade cultural brasileira que deve ser preservada e igualmente são potenciais meios de desenvolvimento e subsistência das comunidades.

O lugar secundário que o patrimônio arqueológico parece ocupar no campo da preservação do *patrimônio cultural* – identificado a partir da observação da inexistência de políticas específicas (a Lei nº 3.924/61 até hoje não foi regulamentada) e de uma estrutura mais robusta no Instituto, apesar de todos os esforços empreendidos no sentido de aumentar o número de técnicos em arqueologia no seu quadro funcional e de definir prioridades e metas para assuntos candentes como normas e acatamento e gestão e socialização do patrimônio arqueológico – põe em evidência a ambigüidade da própria instituição do patrimônio. Ainda que o discurso atual, cujas bases foram conformadas em nível supranacional, seja pautado por idéias como *inclusão* e *multiculturalidade* e que as nações ocidentais signatárias das Recomendações Internacionais busquem concretizar o compromisso nelas estabelecido por meio de criação de dispositivos legais específicos e um conjunto de práticas e instrumentos, a observação da dinâmica da preservação do patrimônio arqueológico no Brasil, e também em Portugal, pareceu indicar o caráter excludente do discurso, fundamentado em critérios que não são universais. Além disso, em confronto com interesses políticos e econômicos contemporâneos expôs toda sua fragilidade, limitação e natureza maleável.

Da preservação do patrimônio arqueológico no Brasil identifiquei três marcos fundamentais: a criação do IPHAN e do Decreto-Lei nº 25/37; a homologação da Lei nº 3.924/61 e o estabelecimento da legislação ambiental. Este último dispositivo é desdobramento do desenvolvimento da arqueologia de contrato, que está a transformar tanto o campo no âmbito acadêmico quanto a própria instituição do *patrimônio cultural*. Como anteriormente mencionado, a organização do patrimônio foi concebida e constituída sob um regime totalitarista e paternalista fundamentado na lógica modernista-desenvolvimentista. Alguns atores, nomeadamente os militantes da causa do patrimônio arqueológico, já nessa época alertavam sobre o risco de destruição que corriam esses vestígios, principalmente os sambaquis no litoral. Já a aprovação da Lei nº. 3.924/61 deu-se em um contexto onde a lógica desenvolvimentista do capitalismo, plenamente estabelecida no país, encontrava alguns pontos de resistência, o que resultou na ditadura militar, poucos anos depois. Por fim, a implantação da legislação ambiental no Brasil e a disseminação da arqueologia de contrato coincidiu com um período de abertura política e da consolidação da lógica liberal.

A possibilidade de entrar em contato com um contexto distinto, quando da realização de um estágio no CEAUCP, permitiu observar alguns aspectos a partir de uma perspectiva mais ampla. Os processos de conformação de uma organização formal e de um conjunto de práticas preservacionistas no Brasil e em Portugal, fundamentados em valores e idéias, que em última instância promoveram uma hierarquização das manifestações culturais, relacionam-se a agendas políticas caracterizadas por suas propostas específicas. Importa ressaltar que tais valores e idéias são reconhecidos e legitimados em um discurso conformado transnacionalmente, por meio de recomendações internacionais para a proteção do *patrimônio cultural*.

Igualmente foi possível perceber, a partir de tal perspectiva ampliada, a complexidade da problemática do patrimônio arqueológico, fundamentada na relação, muitas vezes conflituosa, entre os campos científico, jurídico e econômico. A observação do desenvolvimento da arqueologia de contrato e seus aspectos decorrentes em ambos os contextos – como o aumento exponencial do material arqueológico a ser objeto de curadoria e proteção e a urgência no estabelecimento de diretrizes e princípios éticos para a atividade arqueológica – permitiu considerar que o quadro observado no Brasil, tendo como objeto de análise o IPHAN, é composto por elementos que transcendem a trajetória da organização; são extra-institucionais. Ou seja, o Instituto enquanto instrumento do Poder Público, cujo objetivo é zelar pela preservação dos bens patrimoniais, atua em um contexto que resulta dentre outros aspectos, da complexidade da agenda política do país (que prioriza a realização de empreendimentos que representam riscos efetivos e concretos ao patrimônio cultural) e da atuação de uma categoria não regulamentada que realiza seu labor sob as pressões da lógica do mercado.

Ademais, a observação participante e as entrevistas realizadas no âmbito do estágio desenvolvido no CEAUCP¹² permitiram-me colocar em perspectiva duas idéias recorrentes no Brasil, presentes tanto no senso comum quanto no discurso de agentes do patrimônio e dos arqueólogos, as quais serão elementos de análise para uma futura investigação. A primeira refere-se à inexistência, no Brasil, de políticas claras de preservação do patrimônio arqueológico devido à ausência dessa categoria de bem na construção da história cultural brasileira, que não valorizou as interpretações inerentes às sociedades pré-coloniais. O patrimônio arqueológico português, ainda que presente na composição da história cultural do país e mais, elemento estratégico na construção da identidade nacional no período salazarista, igualmente não tem assegurada sua proteção, ainda que os agentes mobilizem-se na criação de novos dispositivos legais e na normalização dos já existentes. Dessa forma, põe-se em xeque a equação simples que se faz entre ausência do patrimônio arqueológico na composição da identidade nacional e inexistência de políticas de preservação. A segunda idéia refere-se à pouca valorização dessa categoria de bem por parte da sociedade brasileira pois, além de ausente da construção da história cultural brasileira, não teria representações *monumentais* e *excepcionais* como aquelas produzidas no âmbito das culturas pré-coloniais da Mesoamérica e do Império Inca. O patrimônio arqueológico português, com uma infinidade de vestígios reconhecidos pelo senso comum como *monumentais*, *excepcionais* e de grande *relevância* das mais distintas épocas, igualmente sofre de desvalorização por parte da sociedade, frente a outros interesses, nomeadamente os econômicos.

Desse quadro, uma questão surgiu: o patrimônio arqueológico parece pôr em evidência a problemática da preservação e valorização do *patrimônio cultural* frente a interesses outros. Ou seja, sua proteção soa estar garantida, por meio de disposições legais e práticas específicas, até o momento em que represente um empecilho para, por exemplo, a realização de algum

¹² Foram entrevistados treze atores sociais, vinculados ao Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), ao Campo Arqueológico de Mértola (CAM), ao Parque Arqueológico de Vila Nova de Foz Côa (PAVC), à Direção Regional de Cultura de Coimbra (DRC-Coimbra) e ao Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico (IGESPAR).

empreendimento que traga benefício a curto, médio ou longo prazo às comunidades por ele impactadas. Na lógica desenvolvimentista faz-se mister, para uma efetiva proteção do patrimônio arqueológico, não apenas disposições legais de boa letra, mas articulação e mobilização dos agentes diretamente envolvidos no sentido de sensibilizar a sociedade para a importância e as potencialidades de sua preservação. Em última instância, a problemática da valorização e da preservação do patrimônio arqueológico observada em dois países com trajetórias específicas no âmbito das organizações do *patrimônio cultural* soa apontar para os limites do campo do jurídico-legal sobre o próprio patrimônio. O conjunto de normas, convenções, disposições legais, organizações e práticas que constituem a instituição do *patrimônio cultural*, de certa forma é constrangido pelas condições extrainstitucionais. Em outras palavras, a preservação do patrimônio arqueológico parece conflitar com agendas de governo fundamentadas em uma perspectiva desenvolvimentista, nomeadamente no que tange a destruição de sítios em decorrência da realização de grandes empreendimentos. Da mesma forma, ações de preservação dessa categoria de bem eventualmente chocam-se com ações de turismo cultural não planejado e controlado.

Por tudo isso, o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada levou-me a perceber que as políticas de reconhecimento e preservação da instituição do *patrimônio cultural* no país, assim como o próprio IPHAN, são tributárias do modelo institucional sob o qual esse órgão foi conformado. A distribuição de poder entre os grupos da organização do patrimônio, dentre os quais destacam-se os arquitetos herdeiros do ideário modernista, e as prerrogativas que estes tinham em definir as políticas públicas, foram determinantes para o desenvolvimento subsequente tanto da própria estrutura organizacional do instituto, quanto das suas ações estratégicas. As idéias e preferências dos indivíduos empoderados prevaleceram e orientaram a conformação de uma política de preservação fundamentada no destaque ao patrimônio edificado. Tais idéias e valores, reproduzidas e essencializadas pelas práticas institucionais resultou no fortalecimento do grupo de arquitetos no IPHAN ao longo de sete décadas e também na manutenção da própria organização.

IPHAN E ARQUEÓLOGOS: MATIZES DE UMA RELAÇÃO

Como anteriormente mencionado, este é um tema tratado por diversos atores, muitos deles partícipes dos processos e eventos relatados (BEZERRA e LIMA FILHO, 2006; NAJJAR, 1999; LIMA, 2001; MENESES, 2007) e, para não cometer repetições limito-me aqui a apresentar um recorte desenhado a partir da análise resultante da aplicação do Institucionalismo Histórico. A composição de um breve panorama sobre a relação entre agentes do IPHAN e arqueólogos atuantes no país parece indicar que as disputas estabelecidas foram também provocadas pela falta de clareza no que concerne às atribuições dos grupos. Compreendo que uma raiz da questão está nas articulações que resultam na criação da própria organização formal, mais precisamente no já citado anteprojeto de criação de um serviço de proteção ao patrimônio cultural elaborado por Mário de Andrade a pedido do então Ministro de Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (FONSECA, 2005; CHAGAS, 2006; SALADINO, 2010; SILVA, 2013). Nele, Mario de Andrade indicou, além da criação de dois assentos para arqueólogos no Conselho Consultivo do órgão a criar, a criação

de um Museu Nacional de Arqueologia, Etnografia e Arte Popular ou, em caso de impossibilidade de concluí-lo, a reformulação do Museu Nacional para que a instituição centenária fosse dedicada ao patrimônio arqueológico e etnográfico (CHAGAS, 2006; SALADINO, 2010; SILVA, 2013). A proposta foi rotundamente rechaçada pela direção do Museu, àquela altura sob a responsabilidade de Heloisa Alberto Torres, pois representava naquele momento uma duplicação de metas institucionais e um risco de perda de *status* do Museu Nacional. Entretanto, a direção do Museu apresentou uma alternativa, uma contrapartida para descartar qualquer sugestão de ingerência e interferência sobre a dinâmica institucional desse órgão público. Heloisa Alberto Torres sugeriu o estabelecimento de uma cooperação técnica entre o órgão federal a ser criado e o MN, que apoiaria toda e qualquer ação relacionada, principalmente, à preservação do patrimônio arqueológico. Assim foi selado o destino do patrimônio arqueológico e determinado seu lugar no então SPHAN.

É importante reconhecer que, se por um lado a cooperação interinstitucional em tela possa ter contribuído para que o IPHAN tardasse em compor um setor e um quadro funcional apto a lidar com as problemáticas da preservação do patrimônio arqueológico¹³, por outro fundou a relação estabelecida entre as políticas de preservação e a pesquisa arqueológica – esta última *o ponto de partida da gestão do patrimônio arqueológico* (MENESES, 2007:40) – e consolidou o papel do MN como um órgão federal de preservação e pesquisa. A relação interinstitucional entre o Instituto e o Museu estendeu-se à representação do Museu no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, com dois assentos ocupados inicialmente pelos arqueólogos Alberto Childe e Raimundo Lopes e depois por Heloisa Alberto Torres e o próprio Luiz de Castro Faria. Digno de nota foi a dedicação do museólogo e bibliotecário de formação e naturalista de vocação, Castro Faria, em prol do desenvolvimento do campo da Arqueologia no país e da preservação dos bens arqueológicos¹⁴. Castro Faria, como anteriormente mencionado, foi durante os primeiros anos do Instituto do Patrimônio responsável por atividades como o envio e acompanhamento pedidos de tombamento, a coordenação e avaliação de projetos de investigação e a indicação necessidades orçamentárias para o desenvolvimento das mesmas¹⁵.

Ao longo do estudo, foi possível identificar períodos e momentos que demonstram o tom das relações estabelecidas entre IPHAN e arqueólogos ao longo de quase oito décadas. A parceria celebrada entre o órgão federal e MN se estendeu até o início da década de 1980 (SALADINO, 2010; SILVA, 2013). Entretanto, como anteriormente mencionado, as atividades desenvolvidas por Castro Faria, desde os anos 1960 passaram a ser de

¹³ De acordo com Regina Coeli, a colaboração do Museu Nacional para com o então Serviço do Patrimônio acabou se consolidando do modo a incentivar um *“acomodamento” por parte do SPHAN para a resolução dos assuntos pertinentes à arqueologia, resultando numa ilusória desnecessidade de organização e de estruturação da área específica* (SILVA, 1996: 15).

¹⁴ Cristiana Barreto (2000:40) lembra que Castro Faria, em 1935 fundou o Centro de Estudos Arqueológicos, primeiro órgão a conferir *nível acadêmico* à Arqueologia Brasileira, o qual serviu de modelo a outros criados posteriormente e que, tempos depois fora absorvido pelo Museu Nacional.

¹⁵ Lima (s.d.) lembra que Luiz de Castro Faria, Loureiro Fernandes e Paulo Duarte somaram esforços que resultaram na em diversos cursos realizados no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná, em expedições aos sambaquis meridionais e a outros sítios, em Lagoa Santa e na região amazônica, empreendidas por renomados arqueólogos da época, como Wesley Hurt, Betty Meggers e Annette Emperaire e pela homologação da Lei nº 3.924/61.

responsabilidade de um funcionário do IPHAN, Theodoro Russins. Algumas narrativas coletadas ao longo do estudo revelaram que a arqueologia no IPHAN circunscrevia-se à “mesa do Russins”¹⁶ e isto só mudou efetivamente em 1979, quando foi incorporado nos quadros funcionais do Instituto o primeiro arqueólogo e criado um setor específico para o patrimônio arqueológico no seu organograma. Vale dizer que o período no qual foram empreendidas essas mudanças institucionais – contratação de arqueólogo e criação do Núcleo de Arqueologia – coincide com o estabelecimento de uma sequência de direções do MN tendo à frente cientistas das ciências naturais. Como resultado, é possível perceber arrefecimento da cooperação interinstitucional estabelecido na década de 1930.

Vale ainda destacar do período de intensa parceria entre IPHAN e MN um marco: a homologação, em 26 de julho de 1961, de uma lei específica para a proteção das referências patrimoniais arqueológicas, a Lei nº 3.924/61. Como anteriormente mencionado, o dispositivo legal resulta de esforços e articulações de diversos atores – do campo do patrimônio e do campo científico – dentre os quais incontestavelmente se destacam Paulo Duarte, Luiz de Castro Faria e Loureiro Fernandes (LIMA, s.d.; SILVA, 2007). Isto significa afirmar que as ações com vistas à preservação do patrimônio arqueológico relacionavam-se àquelas levadas a cabo para implantar a formação de arqueólogos no país e estimular a produção de conhecimento sobre as culturas pré-coloniais¹⁷. Enfim, conhecer para preservar. Importa dizer que, no âmbito institucional, tal disposição resultou na necessidade de incremento das cooperações interinstitucionais e entre cientistas para a execução das atividades relacionadas à proteção dos sítios (registro, inventário, pesquisas, fiscalização). Em fins dos anos 1960 foram identificados os representantes do IPHAN para assuntos arqueológicos, dentre os quais destacamos Alfredo Rohr e Marcos Albuquerque (LIMA, 2001; SALADINO, 2010:234).

A década de 1980, marcada pela consolidação da legislação ambiental e do licenciamento, pelo conseqüente estabelecimento da arqueologia de contrato e pelo necessário incremento do quadro funcional da então SPHAN/Pró-Memória com a contratação de arqueólogos oriundos do curso de Arqueologia da Faculdade Rondon/Faculdades Integradas Estácio de Sá – que contava em seu quadro docente com alguns arqueólogos pronapistas e ex-alunos de Laming-Emperaire e Meggers-Evans¹⁸ – pode ser caracterizada pela ascendente tensão entre órgão e arqueólogos, representados pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Premia a

¹⁶ Importa ressaltar que o período de atuação de Russins corresponde àquele nominado por André Prous (1992) como “período formativo” da Arqueologia Brasileira, o que significa uma demanda muito menor em relação à atual.

¹⁷ Cristiana Barreto (2000:41) aponta que o desenvolvimento do campo da Arqueologia está relacionado às articulações em prol da preservação do patrimônio arqueológico, exemplificando com a criação de alguns órgãos – designadamente o criado por Castro Faria, o Instituto de Pré-História, criado por Paulo Duarte e o Centro de Pesquisas Arqueológicas, criado por Loureiro Fernandes – os quais foram *frutos de uma política preservacionista antes de mais nada preocupada em garantir os direitos à pesquisa científica de um patrimônio em crescente destruição, surgindo praticamente à margem do projetos intelectuais mis amplos do ensino das ciências sociais no Brasil.*

¹⁸ Cristiana Barreto (2000:42) lembra que o período formativo da Arqueologia Brasileira, quando cientistas estrangeiros, graças às articulações de Castro Faria, Paulo Duarte e Loureiro Fernandes realizaram estudos sobre os sambaquis e sítios de Lagoa Santa e da bacia do Amazonas e contribuíram para a formação da primeira geração de arqueólogos brasileiros, é caracterizado por um isolamento da arqueologia em relação às ciências humanas em geral, por uma *ambiguidade sobre a natureza da arqueologia*, e por um certo “tecnicismo” promovido pela emergente arqueologia acadêmica.

necessidade de ordenamento, regulamentação das autorizações e permissões para pesquisas arqueológicas e despersonalização das ações de preservação do patrimônio arqueológico. Como resultado, deu-se a homologação da Portaria Interna n 7/88, que recrudescu ainda mais os ânimos entre arqueólogos do IPHAN e parte da comunidade arqueológica representada pela SAB, que questionava *a competência do “governo” ao concretamente regular e intervir na prática de campo* (MENESES, 2007:38)¹⁹.

Nas décadas subseqüentes, a reboque das “dores e delícias” da arqueologia de contrato – diretamente relacionadas às pressões econômicas e políticas sobre uma prática profissional não regulamentada – e de uma agenda política desenvolvimentista, não houve outra alternativa a não ser retomar o diálogo produtivo entre os atores institucionais envolvidos e criar fóruns de discussão, reuniões técnicas e mais regulamentações, representadas pela Portaria Interna n° 230/02, que dispõe os projetos de licenciamento ambiental.

Finalmente, em 2009, um novo reordenamento institucional levou à criação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA/IPHAN), diretamente ligado à Presidência da autarquia e com dotação orçamentária um pouco mais robusta, ainda que insuficiente para dar conta da enorme e crescente demanda resultante do PAC e do licenciamento ambiental. O Centro, na sua segunda gestão, já apresentou dois planos para a gestão do patrimônio arqueológico. Entretanto, as tensões entre o órgão e arqueólogos continuam latentes e, em alguns momentos, irrompem, afinal, questões basilares de fundo jurídico, como aponta Silva (2007), ético e mesmo conceitual ainda estão por definir e clarificar.

Em resumo, se por um lado é possível considerar as primeiras escolhas institucionais do IPHAN para a gestão do patrimônio arqueológico – que resultou na longa cooperação técnica com o MN e, conseqüentemente, no retardamento da constituição de um setor no órgão, no estabelecimento de relações personalistas e, por que não, em uma certa alienação – como uma das raízes das questões entre instituto e arqueólogos, por outro igualmente é possível considerar a não regulamentação da própria profissão, que tem levado o IPHAN a assumir uma atribuição que originalmente não lhe compete, qual seja: atuar como agência reguladora dos profissionais. Por fim, é possível observar outro aspecto gerador de tensões e incertezas: a fragilização e precarização do trabalho do arqueólogo de contrato, constrangido por pressões de um conjunto heterogêneo de atores institucionais. Nesse contexto, a relação entre IPHAN e arqueólogos é complexificada pela lógica de mercado, pelo cronograma do empreendimento e pelas pressões políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imperativo da conservação, na lógica reinante, é subordinado e muitas vezes contraditório ao imperativo industrial. (Marc Guillaume)

O campo do *patrimônio cultural* no Brasil consolidou-se em uma arena onde distintos atores defendem diversos interesses e, por vezes, conflitantes. As perspectivas da memória

¹⁹ Tal questionamento resultou na elaboração, em 1985 da *Carta de Goiânia* (LIMA, 2001; MENESES, 2007), um manifesto em prol da delimitação das atribuições do Estado em relação à pesquisa arqueológica e um conjunto de sugestões para *a política a ser adotada na área patrimonial* (LIMA, 2007:27).

social e do mercado compõem essa trama complexa sem algum modelo como parâmetro. Novos conceitos constituem o discurso do *patrimônio cultural*, complexificando-o e fazendo com que seja apropriado e ressemantizado por distintos segmentos sociais, muito embora ainda pareça estar distante o tempo em que ele efetivamente seja incorporado e legitimado pelo sistema político, se variáveis forem consideradas, como a dotação orçamentária do Ministério da Cultura (MinC) e do próprio IPHAN. Ou seja, ainda que os agentes diretamente envolvidos com o setor cultural, especificamente com o patrimônio, procurem atender às demandas e se adaptar à era da mercantilização da cultura, atuando no sentido de transformar os patrimônios em efetivos meios de mudança e desenvolvimento social, esta não parece ser uma questão de ordem para as autoridades brasileiras. Apesar de os últimos mandatos presidenciais terem ampliado a discussão sobre a temática, a problemática da preservação e da ausência de políticas específicas de preservação podem ser consideradas indícios de que o *patrimônio cultural*, mesmo com a atuação de organizações como o IPHAN e a existência de disposições legais em prol de sua valorização e preservação, ainda não é elemento considerado de forma plena pela agenda política.

O Estado brasileiro busca elaborar um programa que aplique o *patrimônio cultural* como instrumento de mudanças sociais. Em se tratando de políticas públicas de preservação do patrimônio arqueológico, haveria a necessidade de equalizar os interesses distintos dos segmentos envolvidos no sentido de estabelecer os procedimentos (LOWI apud SOUZA, 2007:7) com vistas à garantia dos direitos da sociedade no que tange à apropriação e fruição daquele bem cultural.

Esse aspecto, vale ressaltar, relaciona-se ao imponderável que também configura os projetos estatais. Ainda que a elaboração de políticas de preservação do patrimônio arqueológico no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) lograsse consolidar ações estratégicas sobre essa categoria de bem, é preciso considerar o papel do acaso, do *Sobrenatural de Almeida*, segundo Nelson Rodrigues. Ou seja, o empenho na realização desse projeto coletivo não garantiria necessariamente o reconhecimento, a valorização e a proteção dessa categoria de patrimônio, pois *o trabalho de construção de identidades e memórias coletivas não está evidentemente condenado ao sucesso. Ele poderá, de vários modos, não se realizar* (GONÇALVES, 2005: 20). Afinal,

a preservação patrimonial não se faz somente com aplicação de leis. As regras ligadas à preservação arqueológica se inserem num quadro muito mais amplo de políticas públicas que devem ser fundamentadas nas reivindicações da coletividade, da sociedade. É ela quem deve acionar o aparelho estatal para que este venha a proteger os elementos que julga serem de seu interesse. (SILVA, 2007: 71).

Sobre a relação um tanto ciclotímica entre IPHAN e arqueólogos, é possível considerar alguns pontos, à luz do quadro teórico proposto para a análise aqui apresentada de forma recortada e condensada. Os grupos envolvidos imprimiram sua marca nos indivíduos deles participantes. As disputas entre os atores conformaram a própria instituição do patrimônio cultural, onde foi estabelecida uma hierarquia, pautada na representatividade e na autoridade. A hierarquia foi negociada entre os indivíduos contanto que assegurasse a defesa dos

interesses da maior parte dos membros dos grupos envolvidos. Estes precisam representar seus integrantes, caso contrário sofrem o risco de desintegrar-se em um momento de crise.

Além disso, igualmente é possível identificar um processo de estruturação resultante das disputas entre os atores pelo

... monopólio da autoridade científica, definida como capacidade técnica e poder social, ou monopólio da competência científica, compreendida como a capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (MONTICELLI, 2005:291).

É certo que os indivíduos fazem a história, embora não a façam como queiram, pois que limitados às circunstâncias e contingências e ao capital simbólico conquistado. A dinâmica da relação entre arqueólogos agentes da autarquia federal e arqueólogos – estabelecida na interseção entre os campos jurídico-legal, político, econômico e científico – é resultante do modo como esses grupos interiorizam as disposições, ou seja, o conjunto de normas, regras e padrões institucionais.

Vale ainda dizer que os indivíduos agem como membros típicos de seus respectivos grupos. Assim, a palavra do indivíduo não é necessariamente a palavra do ator, mas a do participante de uma experiência anterior, inserido em um sistema de valores e concepções específicos, por vezes em defesa de uma perspectiva em detrimento de outra.

Por tudo isso, é possível concluir que a relação entre IPHAN e arqueólogos, ainda que os atores possam partilhar valores comuns, caracteriza-se como um processo no qual a circulação de distintas – e eventualmente dissonantes – intenções, resultaram em constrangimentos e oportunidades.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos. [Com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles e outros; organização de Maria Beatriz Setubal Rezende]. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.
- BARRETO, Cristiana. 2000. A Construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, v. 44, p. 32-51.
- BEZERRA, Márcia; LIMA FILHO, Manuel (orgs.). 2006. *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa.
- BRUNO, Cristina; ZANETTINI, Paulo. 2007. Relatório do Simpósio O futuro dos acervos do XIV Encontro Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o signo de Aleijadinho: Blaise Cendras precursor do Patrimônio Arqueológico. IN Antonio Luiz Dias et al. 2006. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p.79-90.
- CHAGAS, Mario de Souza. 2006. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo. 2001. Os desafios da destruição do patrimônio cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto: 41, p.23-32
- FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. 2011. Patrimônio Cultural, diversidades e comunidades. Primeira Versão (IFCH-UNICAMP), v. 143, p. 1-70.
- GASPAR, Maria Dulce. 2003. História da construção da Arqueologia Histórica Brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 13, p.269-301.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2005. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, nº 23, jan/jun, p. 15-36.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. 2003. As três versões do neo-institucionalismo. In: Scielo Brasil. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010 (acesso: 02/09/2007)
- LIMA, Tania Andrade. 2007. Apresentação. *Revista do Patrimônio*, nº 33, p.5-21.
- LIMA, Tania Andrade. 2001 A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. *Revista de Arqueologia Americana*, nº 20, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Organización de los Estados Americanos, p 53-79.
- LIMA, Tania Andrade.1988. Patrimônio Arqueológico, Ideologia e Poder. *Revista de Arqueologia*, 5(1):19-28
- LIMA, Tania Andrade. s.d. Luiz de Castro Faria, também um arqueólogo. <http://centrodememoria.cnpq.br/publicacoes3.html> (último acesso: 13/09/2014)
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. *Revista do Patrimônio*, nº 33, p.37-57.
- MONTICELLI, Gislene. 2005. Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- NAJJAR, Rosana. 1999. O Museu de Arqueologia de Itaipu e a preservação do patrimônio arqueológico: passado e futuro. Comunicação apresentada no Encontro de Arqueologia do Litoral Fluminense, Instituto de Arqueologia Brasileira/IAB, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, pdf.
- NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. 2009. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n1, jan/jul 2009, p.95-121. <http://www.red.unb.br/index.php/rbcp/article/viewFile/6593/5319> (acesso: 28/06/2013)
- PARSONS, Craig. 2007. *How to map arguments in political science*. Oxford: Oxford University Press.
- SALADINO, Alejandra. 2010. Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPCIS/UERJ.
- SCHAAN, Denise Pahl; BEZERRA, Marcia (orgs.). 2009. *Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: GKNORONHA.
- SILVA, Regina Coeli. 2013. A trajetória inicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN na preservação do patrimônio arqueológico.
- SILVA, Regina Coeli. 2007. Os desafios da preservação arqueológica: uma arqueologia da Lei n 3.924/61. *Revista do Patrimônio*, nº 33, p.59-73.
- Silva, Regina Coeli Pinheiro da. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei Nº 25/37 e a Lei nº 3.924/61. *Revista de Arqueologia*, 9:9-23,1996.
- THELEN, Kathleen. 1999. Historical institutionalism in comparative politics. In: *Annual Review of Political Science*, nº. 2, p. 369-404.
- WICHERS, Camila de Azevedo Moraes. 2010. Museus e Antropofagia do Patrimônio: (des)caminhos da prática brasileira. Tese de Doutorado em Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tenologia.